

Trabalho, pobreza e movimentos sociais

A Revista *Argumentum* apresenta neste número reflexões que passam alguns pontos centrais da pauta de discussão atual de pesquisadores ao redor do mundo em diversas áreas do pensamento e, em específico, ao Serviço Social. Temas centrais como o trabalho, a pobreza, os movimentos sociais e os modelos sociais europeus e americano, fazem parte de alguns assuntos discutidos neste número.

Envolto em um invólucro de uma flagrada crise capitalista mundial, crise essa que se manifestou na esfera financeira do capital, tais temáticas afetam diretamente, em maior ou menor grau, a vida dos trabalhadores em cada país deste planeta. Se a natureza do capital já é por si só centralizadora de riqueza, em períodos de fratura no sistema a tendência natural é a da intensificação do grau de exploração da força de trabalho a partir de diversos mecanismos. Alguns desses serão abordados aqui, tais como: intensificação da precarização do trabalho, redução de direitos dos trabalhadores e cortes nos gastos sociais, todos afetando o sistema de proteção social de cada nação.

Por outro lado, verificamos em várias partes do mundo diversas manifestações de trabalhadores contrárias a tais políticas que aumentam a pobreza e intensificam a marginalidade, sobretudo nos países com piores indicadores sociais. Greves e conflitos sociais tornaram-se pauta freqüente nos telejornais do mundo. Sob a tutela das exigências dos organismos financeiros internacionais, os planos de austeridade econômica aplicados caracterizam-se por uma política econômica restritiva e direcionadora de recursos para o capital, alimentando o jogo especulativo dos mercados financeiros. Nesse ínterim, a recorrente Reforma da Previdência também faz parte do “cardápio indigesto” apresentado aos trabalhadores.

De fato, com a eclosão da crise capitalista mundial, novas estratégias de acumulação foram utilizadas para aumentar a mais-valia e se opor à queda na taxa de lucro industrial. Ao mesmo tempo, as crises estruturais e as instabilidades conjunturais contribuem à criação de novos espaços de exploração, revigorando os instrumentos de acumulação capitalista. “Queima-se” parte dos ativos especulativos, fazendo com que o sistema ganhe

um pouco de fôlego para um novo período de lucros fictícios.

Sob a égide do capital fictício, que caracteriza os movimentos especulativos mundiais no capitalismo contemporâneo a partir das transações de ativos financeiros nas bolsas de valores mundiais, o capital utiliza-se da flexibilidade do trabalho, do desemprego, das baixas salariais, da intensificação do trabalho, da redução do tempo de trabalho improdutivo, da produção de mercadorias menos resistentes e com menor tempo de vida útil para aumentar a rotação do capital, do crescimento das subcontratações – normalmente com salários menores e sem garantias sociais – e das reformas econômicas e sociais, que voltaram à cena nas economias dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, como tentativa de revigorar suas taxas de crescimento e por fim, ao menos em curto-prazo, nos focos da crise que aparecem constantemente em diversos países.

Esse processo, geralmente caracterizado por bolhas especulativas no mercado financeiro, aparece como fenômeno isolado, como se fosse um problema particular de cada nação. Mas não é. Suas ligações são estreitas com o movimento especulativo do capital, que busca, contraditoriamente, repor os níveis de acumulação de décadas anteriores do capitalismo.

Esse é o quadro geral que se defronta a luta de classes no capitalismo contempo-

râneo. E é a partir dele que temáticas variadas são estudadas e debatidas amplamente por diferentes áreas de conhecimento, divulgadas em periódicos nacionais e internacionais. Em torno das questões que envolvem hoje a categoria trabalho, a revista *Argumentum* número 3 apresenta uma seção Debate na qual Ricardo Antunes discute com Marcelo Badaró e Mauro Iasi “A Dialética entre o Trabalho Concreto e o Trabalho Abstrato”. Antunes, apropriando-se de Marx, defende a necessidade de conceber-se uma forma de sociabilidade que recuse o trabalho abstrato e assalariado, resgatando o sentido original do trabalho como atividade vital. Aponta como um desafio imperioso de nosso tempo a construção de um novo modo de produção e da vida fundado na atividade livre, autônoma e autodeterminada, baseada no tempo disponível para produzir valores de uso socialmente necessários, contra a produção heterodeterminada (baseada no tempo excedente para a produção exclusiva de valores de troca para o mercado e para a reprodução do capital). Resgatando a metáfora usada por Marx do caracol e sua concha, Antunes aponta como desafio da nossa sociedade a recuperação da unidade, hoje, entre o trabalho e a propriedade efetiva dos meios de produção. Ou, as palavras do autor, um “bom começo para o socialismo no século XXI”.

Badaró destaca a importância de Antunes no debate sobre a categoria trabalho no interior das ciências sociais, enfati-

zando que seu papel de polemizar com autores que, a partir de diversas matrizes teóricas, advogam que estamos vivendo um processo de “fim do trabalho”. O esforço de Ricardo Antunes em prefigurar o outro mundo radicalmente distinto, em que o “*trabalho autodeterminado (...)* tornará *sem sentido* o capital, eliminando-o, gerará as condições sociais para o florescimento de uma *subjetividade autêntica* e emancipada, dando um novo *sentido ao trabalho* e à vida, ambas, então, dotadas de verdadeiro sentido”.

Para Iasi, a contribuição de Antunes no texto apresentado, assim como no conjunto de sua vasta e importante obra, nos provoca para além das querelas de um mundo cindido pela exploração e o estranhamento, na busca consciente de um mundo pleno de sentido e emancipado.

É com esse foco, o debate em aspectos da Política Social no mundo hoje, que a seção artigos de temas livres apresenta 8 artigos com autores nacionais e internacionais. Basiakos, Labrinidis, Maniatis, docentes do Programa de Doutorado em Economia, Departamento de Economia, Universidade de Atenas, Grécia discutem os problemas que envolvem hoje a medição da pobreza absoluta. A Grécia é um país que apresenta uma desigualdade relativamente alta, assim como a pobreza relativa. Como membro da União Europeia, a característica mais interessante da Grécia é que, por causa da atual crise e da política de austeridade aplicada, os autores indicam que o padrão de

vida irá mudar drasticamente num curto espaço de tempo e algumas dessas mudanças irão puxar a linha de pobreza para baixo, enquanto algumas irão resistir, talvez até empurrando-a para cima. Ter essa estimativa da linha de pobreza antes do plano de austeridade pode ser um forte e explícito argumento nas mãos da classe trabalhadora na sua luta cotidiana.

Florence Lefresne e Catherine Sauviat trazem uma análise das diferentes trajetórias de modelos sociais nos Estados Unidos e em quatro países europeus (Dinamarca, Alemanha, França e Espanha) perante o impacto da crise o que leva as autoras a um duplo diagnóstico: inflexões respectivas das trajetórias iniciais, ou mesmo elementos de ruptura do modelo social de origem, sob a influência crescente das normas de flexibilidade, liquidez e limitação das despesas públicas por um lado; manutenção de uma forte heterogeneidade entre as configurações nacionais na forma como se aplicam estas normas, as formas institucionais que elas seguem e os compromissos sociais sobre os quais se apóiam, por outro lado. Além disso, a crise terá particularmente sublinhado as dificuldades próprias à coordenação europeia e à construção de um “modelo social europeu” diferente do espaço norteamericano.

Trazendo para o contexto latinoamericano Camila Potyara Pereira e Álvaro Amorim debatem a questão da pobre-

za no Brasil e na América Latina, partindo do pressuposto de que as metodologias de mensuração da pobreza desvinculam-na da condição de não acesso aos direitos sociais, resultando propostas reduzidas de organização da intervenção. Os autores destacam que essa dissociação do combate à pobreza da defesa dos direitos sociais promove a erosão das referências cognitivas e valorativas pelas quais as noções de bem público e responsabilidade pública poderiam ser formuladas como horizonte possível, mistificam o empirismo contido nas afirmações das linhas de pobreza e direcionam os regimes públicos de proteção a um modelo de proteção social mínima, baseado em testes de meios (comprovação compulsória de pobreza), e resposta política emergencial e contingencial. Por fim, os autores destacam que enquanto a desigualdade transformar indivíduos em mercadorias, a liberdade será contida pela exploração; se perpetuarão os conservadores conceitos de linhas de pobreza; permanecerá a enorme pobreza das condições humanas e continuarão morrendo de fome doze crianças a cada minuto no mundo.

O texto de Inez Stampa examina as possíveis articulações entre o movimento sindical de trabalhadores com outros movimentos sociais com o objetivo de ampliar sua base de atuação política em defesa de direitos do trabalho e da cidadania. Tem como foco a sociedade brasileira atual, numa conjuntura histórica em que convivem velhos e novos padrões de

gestão e de trabalho, e cujas implicações têm, também, se refletido sobre a perda de identidades coletivas em função de um processo de fragmentação, exacerbação do individualismo e “descartabilidade” de trabalhadores e de suas qualificações.

Com o objetivo de analisar a gestão do Sistema Único de Assistência Social sob a lógica dos seus paradigmas, proposições e sua inserção no espaço da administração pública, Maria Luiza Amaral Rizzotti traz para o texto a pesquisa realizada junto ao Ministério de Desenvolvimento Social e sua experiência como gestora municipal na área. Tendo por foco a identificação e a análise dos processos de gestão adotados pelo Órgão Gestor Nacional (Ministério do Desenvolvimento Social - MDS), o resultado deste processo desvelou as orientações para a gestão da política de assistência social (como encontrado em outras políticas sociais) que se organiza em modelo de sistemas únicos.

Os caminhos da implantação do SUAS denunciaram, de forma explícita, a ligação quase que orgânica que todo e qualquer instrumento de gestão, ao ser aplicado, carrega o ideário que orienta seus propositores. As mudanças significativas no campo da gestão só se fizeram com rupturas paradigmáticas e conceituais, tanto no que se refere à política em questão, quanto no tocante à compreensão do papel do Estado na proteção social e, naturalmente, do modelo de gestão que se

pretende empreender. Nesta linha, jamais seria possível separar as ações e proposições dos sujeitos que as empreenderam. A implantação do SUAS, destaca a autora, tem claro direcionamento para o rompimento com a tônica assistencialista e supletiva adotada pelos vários governos brasileiros. Surge da luta histórica de organismos e movimentos que militavam pela ampliação do sistema de seguridade social no Brasil.

Continuando o debate sobre a Política de Assistência Social, Vini Rabassa da Silva e Maria Rosange Acosta de Medeiros enfocam as complexas relações que constituem os Conselhos de Assistência Social, apresentando as suas origens, as dificuldades na sua implantação, e destacando os desafios relacionados à pouca participação popular e as diversas práticas de cooptação muitas vezes adotadas pelos gestores, pautadas por interesses de captação de recursos.

Por fim, a questão do envelhecimento trazido por Maria das Graças Cunha Gomes reflete sobre a busca de inserção de mulheres nos espaços associativos, como forma de usufruto da liberdade que afirmam enfim, haver conquistado. A problematização passa pelas novas demandas que se colocam na ordem societária para uma população que envelhece e particularmente para as mulheres que ensaiam vôos libertários, limitados pelo pesado ônus de continuar cuidando da família. O trabalho é parte de uma

pesquisa realizada junto a mulheres idosas participantes de atividades associativas na região metropolitana da Grande Vitória-Espírito Santo. O resultado da pesquisa aponta para novas possibilidades de expansão do universo social da mulher, limitado pela infinidade de encargos que ainda lhes são atribuídos.

A seção ensaio traz um diálogo entre Carlos Soto Iguarán e Potyara Amazonida Pereira Pereira sobre o sistema de proteção social turco e brasileiro. Como bem destacado por Pereira, só pela comparação e pelo contraste é possível avaliar o que, nesse processo, é *sui generis* no Brasil e o que constitui lugar comum nos países em desenvolvimento situados nos quatro cantos do planeta. Isso, sem falar do conhecimento do estágio e *status* atuais da discussão sobre a política social como direito de cidadania em lugares fora do circuito das análises habituais aos pesquisadores brasileiros.

Como uma revista que está em seu terceiro número, a *Argumentum* traz para seus leitores um tema candente para a área das ciências sociais aplicadas e, em específico, para o Serviço Social. Como um periódico novo, a revista ousa pondo o foco nos contextos internacional e nacional que, decerto, contribuirão para o debate acadêmico-científico.

Maurício de Souza SABADINI
Maria Lúcia T. GARCIA
Os editores